

# Vitória de Lula. E depois?

*Os programas sociais do governo federal garantiram a vitória de Lula na eleição presidencial.*

TEXTO: RENATO MACHADO \*

Foram necessários dois turnos para uma eleição que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva considerava ganha no primeiro. Para a maioria dos analistas, os eleitores decidiram pedir tempo. Quiseram explicações sobre as denúncias de corrupção e acharam que o presidente não poderia levar um salvo-conduto, um cheque em branco que lhe permitisse repetir no segundo mandato a conduta do primeiro.

Mas se essa conduta foi reprovável, se a Justiça considerou os homens do presidente culpados de crimes, por que mais de 60% cento do eleitorado lhe deram a segunda chance? A resposta pode ser encontrada na análise dos números e no entendimento do que é o Brasil, esse vasto país de profundas diferenças regionais.

Lula ganhou no Norte e Nordeste por larga vantagem, 65% a 34% e 77% a 28%, respectivamente. Teve pequena vantagem no Centro-Oeste, 52% a 47%, e uma diferença mais expressiva no Sudeste, 56% a 43%.

No primeiro turno em ambas as regiões Lula tinha perdido. No Centro

Oeste por uma boa margem: Alckmin teve 51%, Lula 38%. No Sudeste, por margem estreita, Alckmin 45%, Lula 43%.

O presidente, nos dois turnos, perdeu no Sul (Alckmin 54%, Lula 34% no primeiro, Alckmin 53% e Lula 43% no segundo). Lá está a população de renda mais alta e de maior nível de informação. Foi através dos jornais, da televisão e das revistas semanais, os veículos formadores de opinião consumidos nos grandes centros, que o debate sobre a corrupção se manteve durante mais de um ano.

Os estudiosos de pesquisas já previam desde o início de 2006 que os programas sociais do governo federal garantiriam ao presidente a popularidade que ele tinha perdido entre os intelectuais, a esquerda tradicional, e boa parte da classe média que se alinhara a ela em 2002. E mais: tais programas dariam ao presidente uma diferença de votos confortável.

O programa Bolsa Família, estendido pelo governo Lula a 11 milhões de famílias, significaria em tese mais de

25 milhões de votos. Seria e acabou sendo um sólido apoio na região mais carente do país, o Nordeste. Lá não chegam informações das falcatruas cometidas por deputados governistas. Os escândalos em série que demoliram a imagem de pureza ética do partido do presidente ficaram restritos ao eixo bem informado do país. Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e as capitais do Sul-Sudeste discutiram política pela mídia.

O Norte e o Nordeste, onde estão populações sem acesso a bens, viram atendida sua carência principal, comida na mesa. A inflação baixa, herança do Plano Real do governo anterior, garantiu esse grande salto social. Mas o próprio governo – e as lideranças da Igreja Católica – admitiram que o programa, se prolongado e sem porta de saída, gera imobilismo e dependência.

Dessas populações socorridas nas áreas carentes passaram longe as informações de corrupção. Quando ouviram falar dos escândalos, elas não puderam compreender os detalhes e o alcance das denúncias. Para o eleitor pobre, seduzido pelo governo com seu programa assistencial, o mais importante é o recurso em dinheiro todo o mês – de 50 a 70 reais por filho, dependendo do tamanho da família.

A imagem de correção e zelo ético do PT tinha sido cultivada entre estudantes e trabalhadoras durante os tempos da ditadura militar. Lula e o seu partido se opuseram aos políticos tradicionais, que tinham justamente no Nordeste as raízes e os votos que os eternizavam no Congresso e nas sedes de governos estaduais. Funcionava no Brasil anterior ao governo Lula o clientelismo regional. Ele mantinha as estruturas arcaicas de mando local, enviando regularmente seus representantes a Brasília através dos partidos conservadores e imobili-



*O apoio do novo governador de São Paulo, José Serra (d), e do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso não foi suficiente para a vitória de Geraldo Alckmin (PSDB/PFL)*

\* Editor-chefe do programa Bom Dia Brasil, da Rede Globo



Fim da disputa eleitoral

listas. O eixo Norte-Nordeste não votara em Lula nem no PT nos oito anos anteriores a seu governo.

De 2002 para cá essa situação se inverteu. O eixo Sul-São Paulo, mais desenvolvido, tendeu a votar no partido que defendeu e de certa forma possibilitou a modernização do Estado, ainda que ela tenha sido insuficiente. Ou seja, manteve-se fiel à herança do governo anterior, privatista e reformista, oposta à pregação do PT, que defende o aumento do Estado e o distributivismo centralizado na burocracia federal.

Entre os fatores que determinaram a diferença de votos pró-Lula, está o desconhecimento do candidato da oposição pelo eleitorado. Geraldo Alckmin tinha como credencial o fato de ter sido eficiente governador de São Paulo, a julgar pelo índice de aprovação que os paulistas lhe davam. Essa alavanca se revelou fraca diante de um presidente no cargo, que ocupou todos os espaços da mídia, inaugurando obras. Lula passou ao largo da legislação eleitoral que proibia tais atos simplesmente por ter adiado até onde pôde o lançamento de sua candidatura. Como candidato, não poderia estar presente a atos de governo. Como presidente, sim. E foi isso que o presidente fez durante mais de cinco meses em 2006.

Outro fator decisivo foi o próprio segundo turno. O presidente passou a focar sua campanha. Depois do susto

inicial, seus estrategistas decidiram encurralar o adversário. Lançaram mão de uma arma poderosa, o violento ataque às privatizações feitas no governo anterior. Nessa cruzada contou com um aliado de peso, a inépcia do adversário, que nunca soube defendê-las. Ao contrário, fugiu do debate.

Ademais, a tépida campanha de Alckmin não foi entendida pela grande massa de eleitores. Expressões como "choque de gestão" e "reforma tributária" soaram como fórmulas complexas a um eleitorado dos grotões e das periferias, onde é alto o déficit educacional.

Mais decisiva ainda em favor de Lula foi a estratégia de dividir o país entre ricos e pobres. O candidato-presidente lançou mão dessa retórica nos últimos comícios de campanha, acentuando suas origens operárias em oposição ao que chamou de candidato das elites que nunca aceitaram mudanças no país.

Lula tinha sido eleito para fazer mudanças e não as fez. Manteve na economia a política do governo tucano. Essa decisão não passou despercebida de seus companheiros da esquerda, que votaram nos outros dois candidatos alternativos, ambos esquerdistas, um deles uma senadora radical. Foram esses votos, os da esquerda e os indecisos, cerca de 10 milhões, que Lula ganhou de volta no segundo turno.

Em todo o debate eleitoral de 2006, os grandes ausentes foram os programas de governo, de todos os candidatos. Acossado por denúncias de corrupção, o presidente desenhou uma estratégia para ganhar, mas não para governar. Os analistas prevêm um governo difícil, porque o país enfrenta poderosos entraves ao crescimento, que patina no índice medíocre de pouco mais de 2% ao ano.

Uma infra-estrutura inexistente, um ambiente hostil aos negócios e a falta de consistência jurídica assustam os investidores. Uma inchada máquina de administração, cujo excesso de gastos o próprio presidente reconheceu, ficará intocada, se depender das alianças em vigor nos primeiros quatro anos e desfeitas na tempestade de corrupção que se abateu sobre o governo. Essas alianças, pelo que se viu até agora, estão sendo recompostas para o segundo mandato.

Dos homens do presidente, aqueles que planejaram ficar no poder por 20 anos, não sobrou nenhum. Os processos judiciais iniciados após as denúncias ainda não foram julgados. Houve quem se lembrasse de Watergate durante a campanha. Como a oposição já se pronunciou contra qualquer ruptura, o segundo governo se anuncia morno e ineficaz. Mas com a economia não se brinca. Um crescimento pífilo, a perdurar, pode tirar do sossego aqueles que apenas contam o tempo para a próxima eleição. ■